



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Galpão de direitos: a extensão universitária na disputa pelo espaço

Guilherme Moreira Petrella

Instituto das Cidades, Universidade Federal de São Paulo – Unifesp Campus Zona Leste

Giovanna Bonilha Milano

Instituto das Cidades, Universidade Federal de São Paulo – Unifesp Campus Zona Leste

Sessão Temática 09: ATHIS e Extensão Universitária em PUR: relatos de experiência

Resumo. O “Galpão de Direitos” é um projeto de extensão universitária que busca propor e reunir ações de caráter técnico e político no território; uma relação da Universidade com a sociedade civil, a partir da educação popular. Em seu particular, ele foi proposto por professores de um campus universitário, que está em implantação na periferia do município de São Paulo, e que se encontram organizados em um Grupo de Pesquisa cujo estudo tem por enfoque a “urbanização crítica”. Esta unidade universitária em implantação inscreve-se em um território que vem apresentando nos últimos anos grande transformação de sua estrutura urbana, se desdobrando na intensificação da disputa pelo espaço, no conflito entre as diversas formas de acesso à terra e à moradia; e na provisão de infraestruturas públicas e de incorporação imobiliária. Essas disputas constituem um espaço crítico, cuja criticidade reside nos termos da intensificação das remoções de populações, na insegurança de posse em assentamentos habitacionais, no encarecimento das condições de vida (aluguel e endividamento). Em suma, um movimento de intensificação da violência da urbanização; da instrumentalização do espaço como monopólio de uso e de valor, com a extensão do mercado de terras e da “produção de propriedades”.

Palavras-chave. Disputa pelo espaço, urbanização periférica, regularização fundiária, neoliberalismo, financeirização

Tradução do título em inglês

Abstract. The “Galpão de Direitos” is a university extension project that seeks to propose and bring together actions of a technical and political nature in the territory; a relationship between the University and civil society, based on popular education. In particular, it was proposed by professors from a university campus, which is being implemented on the outskirts of the city of São Paulo, and who are organized in a Research Group whose study focuses on “critical urbanization”. This university unit under implementation is part of a territory that has been showing, in recent years, a major transformation of its urban structure, unfolding in the intensification of the dispute for space, in the conflict between the different forms of access to land and housing; and in the provision of public infrastructure and real estate development. These disputes constitute a critical space, the criticality of which resides in terms of the intensification of population removals, the insecurity of tenure in housing settlements, the increase in living conditions (rent and indebtedness). In short, a movement to intensify the violence of urbanization; the instrumentalization of space as a monopoly of use and value, with the extension of the land market and the “production of properties”.

Keywords: Dispute for space, peripheral urbanization, land regularization, neoliberalism, financialization. Tradução do título em espanhol

Resumen. El “Galpon de derechos” es un proyecto de extensión universitaria que busca proponer y aunar acciones de carácter técnico-político en el territorio; una relación entre la Universidad y la sociedad civil, basada en la educación popular. Fue propuesta por profesores de un campus universitario, que se está implementando en la periferia de la ciudad de São Paulo, y que están organizados en un Grupo de Investigación cuyo estudio se centra en la “urbanización crítica”. Esta unidad universitaria en ejecución forma parte de un territorio que viene mostrando, en los últimos años, una importante transformación de su estructura urbana, desplegándose en la intensificación de la disputa por el espacio, en el conflicto entre las distintas formas de acceso al suelo y a la vivienda; y en la provisión de infraestructura pública y desarrollo inmobiliario. Estas disputas constituyen un espacio crítico, en la intensificación de los desplazamientos de población, la inseguridad de tenencia en los asentamientos habitacionales, el aumento de las condiciones de vida (renta y endeudamiento). En resumen, un movimiento para intensificar la violencia de la urbanización; la instrumentalización del espacio como monopolio de uso y valor, con la ampliación del mercado del suelo y la “producción de bienes”.

Palabras clave: Disputa por el espacio, urbanización periférica, regularización, neoliberalismo, financiarización.

1. INTRODUÇÃO

O “Galpão de Direitos” é um projeto de extensão universitária que busca propor e reunir ações de caráter técnico e político no território; uma relação do Instituto das Cidades, da Universidade Federal de São Paulo, campus Zona Leste, com a sociedade, a partir da educação popular. Em seu particular, ele foi proposto por professores deste campus em implantação, na região de Itaquera, Zona Leste do município de São Paulo, e que se encontram organizados em um Grupo de Pesquisa (CNPq), denominado Transborda – Estudos da Urbanização Crítica, cujo objetivo é analisar situações de realização dessa “urbanização crítica”.

Esta unidade universitária em implantação inscreve-se em um território que vem apresentando nos últimos anos grande transformação de sua estrutura urbana. Transformação, por consequência, que se desdobra na intensificação da disputa pelo espaço, isto é, no *conflito* entre as diversas formas de acesso à terra e à moradia, por um lado, e na provisão de infraestruturas públicas e de incorporação imobiliária, por outro. Essas disputas constituem o que podemos chamar de *espaço crítico*, cuja criticidade reside nos termos da intensificação das remoções de populações, na insegurança da posse em assentamentos habitacionais, no encarecimento das condições de vida, do aluguel, e no conseqüente endividamento dos moradores. Em suma, um movimento de intensificação da violência da urbanização; mas, também, da instrumentalização do espaço, como monopólio de uso e de valor, com a extensão do mercado de terras e da “produção de propriedades”.

Essas experiências nos mostram, portanto, a articulação entre aquilo que se denomina como “urbanização periférica” e o atual predomínio do rentismo na economia política do neoliberalismo e da financeirização. Tratam-se de frações do território que se produzem a partir da disputa e que se constituem como situações privilegiadas de estudo crítico, de ação técnica e política, onde a universidade, em seu caráter extensionista, pode enfim se produzir ao produzir a relação com o território e com a sociedade.

Isso se dá, por um lado, a partir da noção da extensão universitária como meio de interlocução junto das comunidades que se organizam em função e através da disputa pelo espaço. Um diálogo que se estabelece, no caso do “Galpão de Direitos”, em torno da apreensão da “gramática de direitos”, concebida, inicialmente, a partir da discussão de “direitos no espaço” - direitos sociais mais gerais e sem uma vinculação estrita com a urbanização - mas que se desdobram, posteriormente, na forma de temas geradores de discussão em torno da conquista e da construção de estratégias de defesa de direitos que se vinculam à produção do espaço em si. Isto é, direito como produtos de lutas sociais que são atravessados pela experiência conflitiva da produção do espaço e da urbanização, ou seja, como possibilidade de realização efetiva do *direito à cidade*. Neste movimento, o *direito*, uma forma peculiar de conhecimento e de ação social, é “envolvido” pelo *galpão*, que é aqui concebido como unidade espacial primordial do trabalho coletivo, da produção de práticas e concepções cotidianas e de futuros, forjando a noção de uma produção de direitos na e da urbanização contemporânea.

Disso decorre uma dupla implicação. Uma, de ordem prática, na contribuição imediata com as demandas elaboradas nas relações sociais vivenciadas por

essas comunidades, que são constituídas em torno da disputa pelo espaço. Outra, que decorre desse movimento, na contribuição à formação da própria universidade, que está em implantação e que se constitui como “academia” na medida em que produz e é produzida por sua relação com a sociedade. Nesta combinação comunidade-universidade, eventualmente, o “Galpão de Direitos” pode vir a se formar como um lugar e um processo de apoio para a convergência das lutas urbanas da periferia em que se inscreve, bem como efetivamente produzir práticas e conhecimento através dos processos de extensão universitária, atravessados pelos conflitos sociais e pelas contradições do real.

Além disso, a noção de um “Galpão de direitos” pressupõe também a ênfase na produção normativa que extrapola os limites do monismo jurídico estatal e se constitui a partir da vida cotidiana nas comunidades das periferias. Permite-nos um exercício de desconstrução das categorias dicotômicas mobilizadas na leitura destes espaços, a exemplo do binômio formal-informal, para ampliarmos o imaginário jurídico a partir dos usos da terra e dos vínculos estabelecidos nas relações sociais concretas que operam nestes espaços de moradia. Apresenta-se, assim, como reforço à visibilidade dos modos de vida não proprietários nas cidades e à correspondente necessidade de proteção jurídica a estas formas de morar e ao acesso à direitos por estes sujeitos.

Assim, é possível afirmar que dessas ações práticas emerge a *reflexão crítica*, que ilumina o *conflito como método de análise da urbanização*, constituindo-se como problemática central da explicação das tensões socioespaciais contemporâneas. A partir dessas situações concretas e práticas, experiências de conflito que são específicas e diferenciadas, iluminam-se formas, processos e o reconhecimento dos agentes em disputa: seus interesses e estratégias, particulares, como manifestações de tensões entre frações de classe. Do *conflito* emerge, portanto, a *contradição*, entre a produção e reprodução capitalista e as formas subalternizadas de reprodução da força de trabalho e da vida. Condição que é dinamizada pela especificidade espaço-temporal dessa urbanização, do domínio da propriedade privada e do predomínio de processos espoliativos e expropriatórios na acumulação capitalista. Acumulação esta que, por sua vez, encontra na urbanização, na produção do espaço imbricada à produção de relações sociais, seus meios de realização: a sobrevida ao capital, a subvida ao trabalho. Faces de um neoliberalismo e de uma financeirização “à brasileira”.

O Galpão de Direitos, como um projeto de extensão universitária, tem uma pequena história. Ele nasce como desdobramento de um projeto de pesquisa acerca dos conflitos fundiários nas periferias contemporâneas que, ao seu turno, originou-se de um curso de extensão sobre regularização fundiária realizado como resposta à uma demanda elaborada por uma comunidade que se via diante de uma urgente reflexão acerca da proposta de adesão (ou não) de um acordo de regularização fundiária privada que lhes foi apresentado. Por outro lado, na outra ponta desta história, a partir deste “Galpão de Direitos” nasceram outros cursos de extensão e outras pontes extensionistas no território, concluídas ou em andamento, que se somam ao esforço de construção do movimento da extensão, da relação da universidade, do ensino e pesquisa, com a práxis e com a sociedade. Uma pequena história, que será aqui exposta, seguindo os passos dessa experiência.

2. TEORIA E PRÁXIS EM SITUAÇÕES DE CONFLITO: UM BREVE ITINERÁRIO

Conforme mencionado, o início desta trajetória remonta à um curso de extensão realizado durante o ano de 2018, em conjunto com a comunidade da Vila Bela, situada na zona leste do município de São Paulo, cujo objetivo residia em promover a reflexão crítica acerca da centralidade do acesso à terra e à moradia para garantia de direitos na cidade.

Por meio da análise das disputas fundiárias que estavam operando neste bairro, pretendeu-se debater os padrões de desigualdade que caracterizam o processo da urbanização contemporânea nessas periferias. O desafio centrava-se no reconhecimento de sujeitos e interesses incidentes no conflito e na identificação do perfil das políticas públicas (e privadas) de regularização fundiária implementadas atualmente na capital paulistana. A questão fundiária serviu de fio condutor para o debate acerca da ausência de acesso à infraestrutura urbana e dos desdobramentos dessa condição de privação na experiência cotidiana dos moradores. O curso foi destinado à comunidade em geral, composto por lideranças comunitárias, por professores e estudantes oriundos de diversos campos disciplinares, seja da rede pública ou privada, gestores públicos e demais interessados.



Figura 1. Perspectiva do Bairro Vila Bela (fonte: elaborada pelos autores).

A questão central trabalhada nas discussões foi a de que as cidades brasileiras têm se caracterizado – ao contrário da perspectiva de uma desejada universalização do acesso à habitação, aos equipamentos e serviços públicos ou coletivos, à infraestrutura de saneamento, energia e mobilidade, em suma, à vida pública – por diferenças gritantes, já amplamente analisadas em pesquisas acadêmicas e denunciadas por entidades da sociedade civil. Relações desiguais que são encontradas no contexto urbano, constituído por um processo histórico de concentração na distribuição e mercantilização do espaço e dos direitos sociais.

Dados socioespaciais sobre as diferenças entre os distritos da cidade de São Paulo, por exemplo, são bastante conhecidos e divulgados, no entanto, é quando confrontados com vivência cotidiana que passam a reforçar a percepção de que cada porção territorial guarda características de vida urbana e possibilidades de acesso às infraestruturas muito diversas, resultado de políticas e intervenções regidas pelo poder público e pela ação dos agentes privados. O que nos pareceu importante constatar é que essa situação de desigualdade não se apresenta como fato excepcional, mas como padrão típico, que é vivenciado na experiência cotidiana. A violência da desigualdade urbana, a violência da urbanização mesma, é elemento de articulação da própria configuração da metrópole. É a norma, enquanto hábito, atitude e regra, que delimita e norteia a lógica do desenho urbano regido pelo capital.

No caso específico, o território desta comunidade foi constituído por meio de uma ocupação, datada de 1995, sobre um perímetro urbano registrado em uma única matrícula de propriedade. Uma grande gleba. Isso condicionou, em grande medida, a forma de sua ocupação, baseada na produção doméstica (autoconstrução) de moradias e infraestruturas coletivas, empreendida pelo conjunto de moradores. Esta ocupação se deu em negociação com o proprietário do terreno (a gleba) e agentes intermediários, sendo a presença da provisão pública (equipamentos, serviços e infraestruturas) interdita ou condicionada em função dessas questões fundiárias.



Figura 2. Reunião e discussão com os moradores (fonte: elaborada pelos autores).

Concomitantemente, a experiência de luta por moradia para a construção e gestão do mutirão autogerido São Francisco V (experiência histórica consagrada, situada nas proximidades do bairro), parece ter produzido ecos na formação de associações comunitárias na região, com seus modos próprios de

luta e resistência que dão sentido à organização popular. Neste transbordar de experiências, a centralidade da moradia (no caso do mutirão) deu lugar à luta pelo conjunto de infraestruturas: água, esgoto, luz, pavimentação. Neste processo, a organização social se constituiu a partir da reivindicação da provisão pública, bem como passou a se relacionar com o problema da regulação fundiária e sua dimensão de reurbanização.

Contudo, quando do início da interlocução do grupo de pesquisa com o coletivo de moradores um novo agente havia entrado em cena: uma “empresa regularizadora” (Milano, et. al., 2021), pessoa jurídica de direito privado, que passou a reivindicar o papel de mediadora no processo de regularização fundiária e de reurbanização, situando-se no centro das relações que incluem o Estado (a Secretaria de Habitação Municipal, as concessionárias de infraestrutura, o sistema de justiça), os proprietários do terreno e a população residente. Constitui-se, portanto, uma especificidade contemporânea da urbanização, que é atravessada por agentes privados e que foi estudada e discutida pelo conjunto de participantes do curso.

O objetivo específico desta primeira aproximação correspondeu, portanto, em analisar e discutir a proposição da regularização fundiária e da necessária reurbanização da área, explicitando tensões sociais relativas à produção do espaço. Uma *produção* que combina a produção doméstica de moradias à necessidade de provisão pública de infraestruturas (saneamento, energia, mobilidade, equipamentos sociais). Nisto, relacionam-se instituições públicas, agentes privados, agentes sociais, posicionados em um amplo espectro, inclusive ligados a negócios imobiliários, a formas jurídicas e formas de financiamento (público e privado). No entanto, como mencionado, apesar da especificidade do caso-gerador do curso, esta forma de produção do espaço, sua urbanização e os conflitos socioespaciais correspondentes, podem ser observados em outras situações urbanas próximas, imersas em questões fundiárias que igualmente condicionam a interdição de acesso habitacional e às infraestruturas, deflagrando a violação de direitos em escala social.

Neste sentido, a compreensão e discussão do caso pôde alimentar o debate realizado pelo conjunto dos moradores, contribuindo com a elucidação do processo e o empoderamento de seu conjunto social. E, ao mesmo tempo, permitiu ao grupo participante a aproximação com experiências socioespaciais análogas, de reivindicação, de resistência e de luta, estendendo a experiência de organização popular para além de suas próprias fronteiras.

Em termos metodológicos, deste primeiro processo, derivaram-se algumas constatações relevantes para a continuação dos trabalhos que estariam por vir. Em primeiro lugar, o reforço da importância da construção do diálogo a partir dos princípios inspirados na educação popular paulo freiriana, com a consideração primeira das experiências e dos saberes dos moradores que vivenciam o território, em detrimento da transmissão messiânica de conteúdos apriorísticos. Mais do que um processo de tradução de conteúdos advindos das matrizes jurídicas e do planejamento urbano, assumir a reconstrução conjunta do quadro conflitivo – considerando-se as memórias, vivências, contradições operadas pelo espaço – permitiu adicionar camadas à situação em análise que certamente passariam despercebidas com a utilização de um método expositivo aplicado a um curso tradicional.

Um bom exemplo da virtude desta escolha pedagógica refere-se à história da luta pela água na comunidade, que durante os encontros emergiu na narrativa

dos educandos com menção à história de vida de uma moradora, importante liderança comunitária, que veio a falecer por uma doença ocasionada em função da ausência de água e de saneamento no local, demonstrando a centralidade da privação destes serviços na memória coletiva e o caráter ambíguo das relações travadas com o Estado para reivindicação de políticas públicas. Ou, ainda, na compreensão das perspectivas de leitura do território e de persuasão para adesão ao contrato, mobilizadas pela empresa regularizadora, que não constam em miúcias na documentação oficial, mas apareceram nos relatos cotidianos de convivência dos moradores do território com esses novos sujeitos que passaram a transitar por lá. Trata-se, enfim, da possibilidade de se relacionar direito e produção do espaço, sob a mediação das histórias do cotidiano da população que conhece e habita o território.

Uma segunda ponderação metodológica a ser feita, diz respeito à relação forma-conteúdo elegida à época, em que se optou pela realização de um curso de extensão voltado à um público amplo e heterogêneo. Não obstante a importância do caráter formativo e da amplitude de informações que puderam ser produzidas no trabalho coletivo realizado, que abarcou, inclusive, a realização de uma visita a campo com todos os participantes, parece-nos que a realização das aulas no espaço da universidade e a consecução dos encontros aos finais de semana, apontou para os limites do modelo de “curso de extensão” e para a necessidade de intensificar atividades extensionistas *com* a população interessada, *no* próprio território, a partir da edificação de um projeto de longa duração.

Assim, finda esta primeira etapa, decidiu-se por dar continuidade no acompanhamento da situação fundiária do bairro e das negociações com o poder público e outros sujeitos intervenientes. Para este segundo momento que estaria por vir, almejava-se aprofundar teoricamente as questões levantadas no território durante a vivência do período anterior e, ao mesmo tempo, fortalecer as relações entre a universidade e os moradores para além da temporalidade curta que caracteriza o período de realização de um curso com um escopo delimitado.

3. A EXTENSÃO COMO CONTEÚDO PARA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Conforme relatado nas linhas acima, após o curso de extensão pareceu importante nos debruçarmos teoricamente sobre as questões apresentadas durante os debates e elaborarmos estas questões com os moradores em uma dupla dimensão calcada:

- i) no aprofundamento dos conteúdos da produção do espaço naquela comunidade específica, com suas particularidades e circunstâncias socioespaciais,
- ii) na conexão transescalar entre os processos vivenciados no bairro frente às tendências mais gerais do que denominamos por urbanização periférica contemporânea.

Com isso em vista, o problema central da pesquisa residiu na identificação de permanências e transformações econômicas, jurídicas, institucionais, políticas e sociais que derivam dos conflitos em torno da propriedade, e suas implicações no padrão de constituição da urbanização no século XXI. Ou seja, tendo-se como insumo as questões suscitadas durante o curso de extensão, construiu-se um

movimento de análise em torno dos conflitos fundiários nas periferias paulistanas, que almejou incorporar a análise da produção e da reprodução da propriedade privada seus múltiplos níveis de compreensão:

“a) a partir da produção ao nível de sua historicidade, isto é, como ela se forma no contexto da urbanização a partir da dialética entre ilegalidade-legalidade da sua titulação; b) a partir da reprodução ao nível da dimensão política, isto é, como o direito à propriedade assegurado por um sistema de justiça e de polícia ao mesmo tempo em que entra em conflito com direitos sociais mais amplos; c) a partir da reprodução ao nível do econômico, isto é, como passa a ter um preço, equivalente a uma produção de valor, e entrar no circuito de reprodução do capital como renda capitalizada e como capital fictício; d) a partir da reprodução ao nível da dimensão institucional, isto é, como são estruturadas as instituições e políticas públicas a partir da produção e distribuição de propriedades no interior do conflito; e) por fim, a reprodução se desdobra em conflitos sociais subjetividades políticas que se reconstituem a partir da experiência destes conflitos” (*Conflitos fundiários na produção do espaço do bairro Vila Bela, Zona Leste de São Paulo: propriedade como estrutura da urbanização periférica no século XXI* – CNPq, Processo n. 434506/2018).

As atividades do projeto buscaram concomitantemente avançar na compreensão teórica da situação conflitual em curso e realizar a ampliação do diálogo sobre os temas emergentes na investigação com a academia, por meio de parcerias interinstitucionais; com a comunidade envolvida, por meio da interlocução permanente com os moradores do local; e com demais sujeitos sociais interessados, por meio da construção de espaços de debate que foram fundamentais para os resultados alcançados.

Embora não seja escopo deste artigo a explanação sobre o conteúdo da pesquisa em si, duas pontuações nos parecem fundamentais para o avançar do argumento sobre o processo extensionista que está sendo abordado. A primeira delas é que o tempo de duração da pesquisa compreendeu o período entre os anos de 2019 e 2021. Ocorreu, portanto, durante o contexto inesperado e atípico da crise sanitária ocasionada pela pandemia da COVID-19, o que demandou a reorganização do planejamento original e a adaptação metodológica e de procedimentos de pesquisa que tornassem possível o acesso às informações, especialmente no que diz respeito aos trabalhos que seriam realizados em campo e que estavam temporariamente interrompidos.

Sob outro aspecto, e por esta mesma conjuntura, o período de investigação coincidiu com um momento de grandes transformações na própria comunidade (e em diversas outras periferias brasileiras), marcado pelo empobrecimento generalizado dos moradores, pela insegurança alimentar e por um sentido de urgência para reprodução imediata da vida que não coincidia com a temporalidade lenta da pesquisa tradicional operada pela universidade. Paralelamente a isso, e muito embora os encontros presenciais estivessem interditados pela demanda de distanciamento social, as tratativas acerca da regularização fundiária junto ao poder público e demais agentes continuaram ocorrendo remotamente, com reuniões junto às instâncias responsáveis e com eventuais visitas presenciais das autoridades no território, na medida em que as possibilidades de discussões presenciais foram sendo retomadas.

Como mencionado, essa crise generalizada fez com que novas estratégias precisassem ser inventadas. A excepcionalidade da situação produzia uma condição paradoxal para os afazeres extensionistas, porquanto ao mesmo tempo que o fundamento primordial da extensão popular – de presença no território e imersão na vida cotidiana – estava interditado, em função do

distanciamento social, a responsabilidade da universidade na continuidade do acompanhamento das lutas sociais anteriores – e das novas questões que emergiram – colocava-se como um dado intransponível.

Diante deste cenário, optou-se pela remodelação das ações extensionistas e da pesquisa-ação planejada, apostando-se em distintas escalas e estratégias, que buscaram fortalecer o vínculo com a comunidade e, principalmente, contribuir com a situação complexa e emergencial que estava colocada. Assim, concomitantemente à assessoria especializada nas tratativas com o poder público, entendeu-se pela construção de um espaço de formação e multiplicação de conhecimento junto com os moradores. Aprofundar a compreensão de suas trajetórias no bairro, ampliar a apropriação sobre políticas públicas e sobre as soluções possíveis para as privações do cotidiano, pareceu-nos uma forma de diminuir as distâncias. Surge daí o projeto “Galpão de Direitos” e sua primeira iniciativa, a “Oficina de Planejadores Populares”, ministrada remotamente com o objetivo específico de fortalecer a rede de solidariedade e de luta por direitos no território, instrumentalizando os moradores nas tratativas com o poder público, como descreveremos a seguir.

4. DA PESQUISA AO GALPÃO: DO GALPÃO À OFICINA

Assim, conforme descrito, o passo subsequente foi a proposição do Projeto de Extensão “Galpão de Direitos: Cartografia dos conflitos na xxx de São Paulo”, como um desdobramento dessa pesquisa acima citada, que envolveu a análise sobre a urbanização contemporânea a partir do primeiro bairro com o qual trabalhamos e indicando aproximações com outras regiões, situações ou localidades. Por meio de atividades vinculadas à leitura socioespacial, articulada a trabalhos de campo, interlocuções com moradores e lideranças do bairro e da compreensão das disputas fundiárias na comunidade, o “Galpão de Direitos” pretendia seguir com o trabalho em diálogo com a comunidade (localizadas próximas ao Campus da Universidade) promovendo a reflexão crítica e a integração entre demandas sociais do território e a universidade, com ênfase na centralidade do acesso à terra e à moradia para garantia de direitos na cidade.

O “Galpão de Direitos” se estrutura por meio de práticas extensionistas, que visam produzir instrumentos e ferramentas críticas de luta – produzidas e compartilhadas em parceria com as comunidades nos territórios – pela garantia de direitos, incluindo a elaboração de um “atlas do conflito fundiário” e cursos de extensão, construídos sobre os princípios da educação popular e que sirvam ao fortalecimento dos processos de reivindicação por justiça espacial e direito à cidade em sua amplitude. O projeto se estrutura a partir de premissas teórico-epistemológicas que orientam a atuação extensionista em situações de conflitos urbanos, quais sejam:

- a) Conhecimento situado: produção de conhecimento convergente com as experiências constituídas desde as práticas extensionistas, com a superação da atuação acadêmica fundada na abstração de conceitos, propagada pela mera reprodução de conteúdos;
- b) Atuação comprometida com a superação das desigualdades socioespaciais, com o dimensionamento do papel da Universidade como

agente social relevante na produção do conhecimento, buscando compreender a reprodução da desigualdade e dos privilégios na sociedade brasileira;

- c) Transescalaridade e interseccionalidade, com o estabelecimento de relações entre as escalas dos contextos conflitivos localizados a processos sociais mais amplos e estruturais em curso nas cidades. Ao mesmo tempo, compreensão das subjetividades políticas que vivenciam tais relações socioespaciais assimetricamente a partir de marcadores como classe, gênero, sexualidade, raça e etnicidade;
- d) Convergência de saberes e indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão: a leitura dos fenômenos urbanos a partir do arranjo de saberes convergentes, o que inclui uma reflexão para além das fronteiras disciplinares.

Por sua vez, a noção de cartografia aqui incorporada alinha-se à chamada “cartografia social” e não se resume à produção convencional de mapas. Sua utilização como método de registro das práticas socioespaciais tem por objetivo a formulação de linguagens representacionais que impulsionem a ruptura com a invisibilidade e/ou a estigmatização dos registros tradicionais acerca dos espaços informais de moradia. Ao mesmo tempo, sua aplicação às situações de conflito permite captar escalas sombreadas nos discursos oficiais e fortalecer o protagonismo dos moradores como sujeitos-narradores de suas próprias trajetórias.

Nesse sentido, O projeto de extensão “Galpão de direitos” foi concebido para atuar na possibilidade de ampliação da mirada sobre os processos de espoliação e de privação de direitos, que produzem a e se reproduzem na estrutura urbana da metrópole, ao mesmo tempo em que impactam fortemente a experiência cotidiana das populações locais. Assim sendo, mapear e cartografar o conflito ali presente constitui-se como meio de problematizar as tensões imbricadas na dimensão concreta e problematizadas na dimensão teórico-abstrata, permitindo uma elaboração que sirva de instrumento de fortalecimento dos processos de reivindicação por justiça espacial e direito à cidade em sua amplitude, ao fortalecimento da organização comunitária dos bairros e o auxílio à construção de subsídios para a reivindicação do direito à regularização fundiária e dos demais direitos interditados no território, cuja violação tem produzido interdições permanentes na vida cotidiana dos moradores.

Em sentido complementar, no que se refere ao sentido pedagógico conferido ao projeto, o envolvimento com as situações de conflito, tal como no supramencionado, amplia a capacidade crítica e qualifica a formação de estudantes envolvidos, por meio da apreensão de discussões acerca das lutas espaciais, das técnicas de representação dos conflitos, e da economia política da produção do espaço, elementos fundamentais à leitura da urbanização crítica contemporânea.

Dentro deste projeto de extensão mais amplo, que passa a organizar as ações do grupo de docentes e discentes no território, nasce o curso de extensão “Oficina de Planejadores Populares: regularização fundiária na Vila Bela”, como um desdobramento das ações anteriores, em um esforço de manutenção dos vínculos extensionistas mesmo diante dos desafios do distanciamento pandêmico. Na construção do percurso pedagógico, buscou-se atuar na promoção e na capacitação comunitária para apropriação dos processos relativos às políticas de regularização fundiária implementadas atualmente no

Brasil e especialmente na cidade de São Paulo, com destaque para a chamada Regularização Fundiária de Interesse Social (Reurb-S). Debateu-se sobre as disputas fundiárias em curso no bairro, de modo a recompor a história da comunidade e da associação de moradores, ao sistematizar a experiência de conflitos em torno do acesso à moradia e à infraestrutura, as formas de organização e luta política em torno das demandas sociais ali presentes, além das possibilidades abertas de transformação do território e da garantia de direitos da população moradora do bairro.

Tendo como público-alvo principal os moradores do bairro Vila Bela, o curso funcionou como um processo de formação de planejadores populares, que, a partir da própria experiência cotidiana de seus agentes, formularam questões e problemas a serem debatidos acerca das desigualdades urbanas, da interdição de direitos e da potencialidade da luta política pela transformação do território. Ocorreu por meio de encontros virtuais, de abril a novembro de 2021 e suas vagas foram oferecidas à comunidade do bairro Vila Bela, a comunidades próximas e parceiras, e para estudantes interessados.

O meio remoto de realização das reuniões também promoveu resultados paradoxais. De um lado, proporcionou a participação de moradores de outras comunidades, que até então não haviam se relacionado com o projeto, mas que com esta forma de acesso participaram da formação e somar suas experiências em situações de conflitos fundiários urbanos à reflexão proposta. Apesar disso, é certo que os meios remotos apresentam muitas limitações em termos pedagógicos e de criação de vínculos, colocando-se como uma barreira de acesso àqueles que não dispunham de aparelhos celulares ou computadores para realizar a conexão. Parece-nos ter sido o resultado possível, diante da conjuntura árida que atravessávamos, que fez com que pudessem despontar questões relevantes para a continuidade dos trabalhos e aos próximos passos do Galpão.

5. DA OFICINA AO “CHÃO DE CAROLINA”: REFORMA DO CENTRO COMUNITÁRIO E GARANTIA DE DIREITOS

Com a retomada das atividades presenciais na Universidade, no ano de 2022, reiniciaram-se as relações frequentes entre o cotidiano universitário e os movimentos sociais que se organizam – e organizam – o território onde se localiza o campus. Assim, surgiu a nova frente de atuação do Galpão de Direitos, por meio da interlocução entre pesquisadores do grupo e lideranças comunitárias de um movimento social urbano bastante atuante no território em questão, interessadas em ampliar a reflexão e as ações conjuntas com a Universidade. O espaço em que esta nova ação passou a ser realizada corresponde a região na qual se intensificou recentemente o número de remoções e de processos de reintegração de posse, ainda que não haja, na mesma medida, a provisão pública de infraestruturas de saneamento, de energia e de mobilidade. Esta constatação implica no desvio da interpretação usual de que o que motiva tais remoções são predominantemente as obras públicas. Portanto, constituindo-se como uma novidade, uma especificidade na compreensão do processo de produção de propriedades – no devir-urbanização – como elemento definidor das disputas pelo espaço.

Assim como as experiências anteriores, este curso de extensão novamente se organizou em torno das discussões de luta pela terra e do direito à moradia no Brasil, dando ênfase às remoções forçadas e à disputa pelo espaço neste novo bairro, localizado na mesma zona periférica de São Paulo, mas com relações implicadas na produção do espaço bastante próprias – seja no que tange à intensidade de tensões nas relações de vizinhança, seja no que se refere às relações de poder entre os sujeitos sociais que produzem o território ou, ainda, nas formas encontradas para administração dos conflitos. Por esses conteúdos particulares, entendeu-se pela leitura do processo de formação desta ocupação, Carolina Maria de Jesus, do MTST, Jardim Iguatemi, Zona Leste do município de São Paulo, como um processo significativo de análise.

Já nas primeiras visitas realizadas pelo grupo, destacou-se o lugar do “centro comunitário” como espaço privilegiado e compartilhado pelas famílias moradoras. Isso é, um espaço que cumpriria as funções de mitigação das ausências relativas à ocupação predominantemente habitacional, apresentando-se como um lugar de realização de atividades complementares às moradias dentro da ocupação. Para além disso, era também mencionado como uma contribuição coletiva mais ampla frente as ausências de equipamentos públicos (educacionais, culturais, de atendimento de saúde) na área em que a ocupação se localiza, permitindo a ampliação do espaço social em um bairro com frágil disponibilidade de acessos e serviços.



Figura 3. Ocupação Carolina Maria de Jesus, MTST (fonte: elaborada pelos autores).

Esses elementos pautaram a elaboração do curso de extensão, que se desdobrou inicialmente em atividades metodológicas aptas a proporcionar a discussão com os participantes sobre a vida no bairro, por meio de temas geradores relacionados às atividades complementares à moradia, ausentes e necessárias na ocupação e fora dela; bem como a ponderação dos meios que seriam possíveis à sua realização, físico e financeiras, aproximando de usos, atividades e espaços que se combinariam em um espaço “multiuso”, coabitado, compartilhado.

Desde processo de mapeamento compartilhado sobre a vida cotidiana, o curso de extensão rumou à reforma do centro comunitário em questão, que se encontrava bastante deteriorado pelas chuvas, com a elaboração do projeto de arquitetura popular que buscou reconhecer os saberes construtivos já realizados no conjunto de participantes-trabalhadores; as técnicas e materiais que eles e elas usam e operam predominantemente; aproximando a definição dos usos e das atividades pressupostas no “centro comunitário” às soluções construtivas desse “galpão”, elaboradas a partir e a través da discussão com todas e todos participantes.

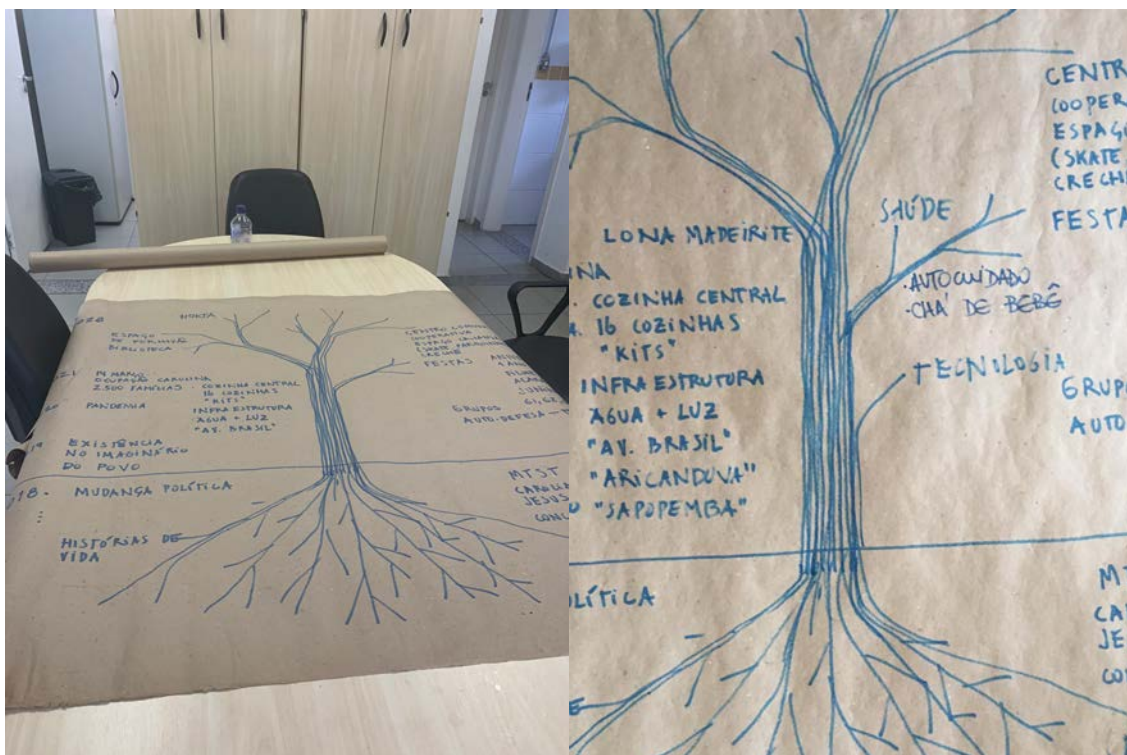


Figura 4. “Árvore representando as raízes, a estruturação e o florescimento-desdobramentos das práticas do movimento social e da ocupação, como “Chão de Carolina” e “Céu de Carolina” (fonte: elaborada pelos autores).

Lançou-se mão de práticas de representação, elementos didáticos para a apropriação coletiva da linguagem gráfica, da abstração da representação do desenho, da mediação em campo e em verdadeira grandeza, o planejamento das etapas de construção, a busca de materiais, a composição coletiva dos recursos financeiros – inclusive por campanha de arrecadação coletiva. Enfim, realizou-se a reforma: um canteiro de obras autogerido e autodeterminado, que ganhou corpo como uma festa, como um momento privilegiado da produção do espaço realizado em identidade à produção de outras (novas?) relações sociais. No presente momento, ainda não se concluiu plenamente sua construção. Inclusive, esta obra coletiva abriu novas possibilidades de uso, de atividades, novos objetos de extensão. Portanto, trata-se de um processo que operou a discussão em oficinas, a realização prática no canteiro e em paralelo à discussão da garantia de direitos na e da urbanização, a partir desta experiência “chão de Carolina”.

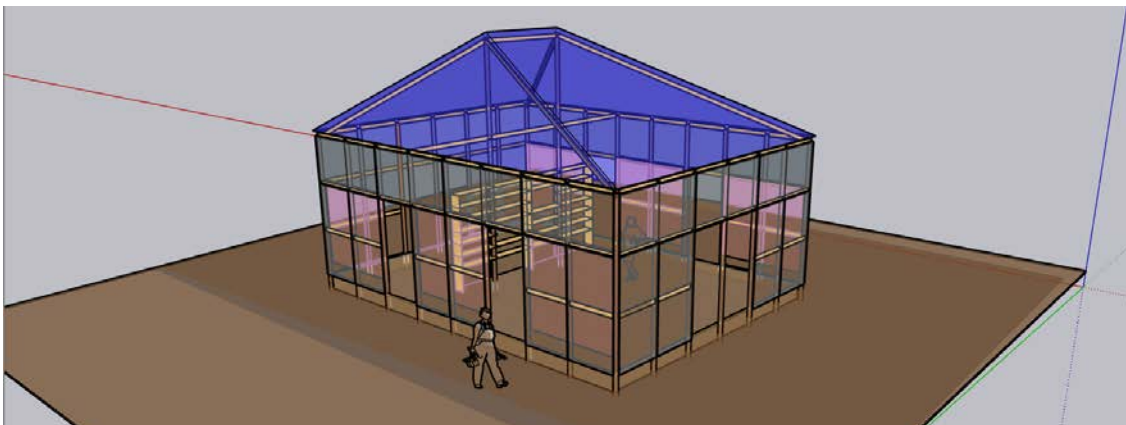


Figura 5. Formas de representação do projeto e discussão (fonte: elaborada pelos autores).

Em suma, o percurso formativo teve por objetivo geral proporcionar a reflexão sobre as disputas pelo espaço e os interditos do direito à moradia no bairro XXX, a partir de um elemento objetual concreto, que sintetizava um conjunto de percepções sobre os desafios do presente e também sobre futuros desejados. Para tanto, vislumbrou-se a introdução à reflexão crítica acerca da trajetória de construção do direito à moradia no Brasil, com a retomada do percurso das políticas públicas habitacionais e suas limitações no que se refere ao acesso pela população. O reconhecimento e a reflexão acerca do papel dos movimentos sociais na organização para demanda por direitos e atuação como sujeitos políticos centrais nas lutas urbanas. A apresentação da história da ocupação Carolina Maria de Jesus, com a participação de seus moradores, e o reconhecimento das estratégias de autoconstrução realizadas no local. A investigação sobre a relevância do centro comunitário na dinâmica territorial da ocupação e a reflexão conjunta sobre as possibilidades de melhoria do espaço. Por fim, a participação, em regime de mutirão, para qualificação e reforma do centro comunitário.



Figura 6. Preparativos da reforma (fonte: elaborada pelos autores).

Conforme mencionado, a razão de existência desta proposta atrelou-se a necessidade de refletirmos criticamente sobre o papel do Estado e dos demais sujeitos sociais na realização dos direitos no urbano, considerando não apenas as múltiplas ausências de acesso aos bens necessários para a reprodução da vida, mas, sobretudo, a capacidade de imaginação política e formação de redes de solidariedade fundamentais para os movimentos de resistência que estão presentes nas periferias brasileiras. Com isto em vista, tendo como ponto de partida uma situação concreta – a ocupação Carolina Maria de Jesus, MTST – e as iniciativas de organização social lá já existentes – a exemplo do centro comunitário – se almejou proporcionar uma reflexão mais ampla sobre a desigualdade na produção do urbano e as possibilidades e caminhos para construção de cidades mais justas e iguais.

6. CONCLUSÕES INICIAIS

Com o esforço de reconstituição do breve itinerário de realização do Projeto de extensão “Galpão de Direitos” almeja-se mais do que apresentar resultados consolidados e formulações acabadas sobre a relação desejada entre Universidade e Sociedade. O intuito desta retomada retomada de experiências esteve sobretudo na aposta de fabulação de possibilidades abertas para os processos de ensino-aprendizagem e na caracterização do fazer extensionista como um caminho aberto e necessário na invenção de um devir-universidade que se faça a partir das contradições e da responsabilidade de atuação junto aos problemas concretos da sociedade.

Conforme mencionado, a expressão que dá nome ao projeto busca conclamar a atenção a dois aspectos fundamentais que seguem como pontos orientadores das experiências que se encontram em constante reformulação. A percepção de que a produção da vida, arquitetada no chão dos territórios, é elemento anterior à soluções prontas ofertadas pelo planejamento urbano e que não há atuação extensionista ou de assessoria que possa prescindir destas experiências. E, no mesmo sentido, o reconhecimento de que o acesso aos direitos circula pela institucionalidade formal mas não se restringe à ela. É preciso pensar nos direitos como elementos em permanente produção pelos sujeitos sociais inseridos nas situações de conflito, frutos de uma tensão entre instituído e instituinte da qual possam derivar novas formas de viver o urbano, a sociedade e, por certo, a universidade.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MILANO, Giovanna. Conflitos fundiários urbanos e poder judiciário. Curitiba: Íthala, 2017.

MILANO, Giovanna; PETRELLA, Guilherme. Propriedad, acumulación del capital y reproducción de la vida: el conflicto como método em el análisis de la producción del espacio. In: Universidad de la República (UY); Universidad de Caen-Normandía (FR); Universidad de Angers (FR); Universidad Nacional Autónoma de México (MX). (Orgs.). Henri Lefebvre. Encuentro Internacional -

Montevideo, Uruguay. Montevideo: Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo, Mayo 2021, v. 1, p. 375-392.

MILANO, Giovanna; PETRELLA, Guilherme; PULHEZ, Magaly. O anjo caído: propriedade, regulação e conflitos na reurbanização periférica da São Paulo do século XXI. Revista Novos Estudos Cebrap, edição 119, v. 40, n. 1, jan-abr. 2021. Disponível em: <http://novosestudos.com.br/produto/edicao-119/>

PETRELLA, Guilherme. A fronteira infernal da renovação urbana em São Paulo: região da Luz no século XXI. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017a. Disponível em:

<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-29062017-132232/pt-br.php>

_____, Condominialização da cidade: a produção de propriedades como fronteira de acumulação capitalista. Em Anais do Fórum SP 21: Avaliação do Plano Diretor e da Política Urbana de São Paulo. São Paulo: IAB/SP, 2021. Disponível em: https://www.iabsp.org.br/forumsp21/S23_T128.pdf

_____, Contradições da produção do espaço: acumulação, reprodução do capital e reprodução da vida. Em LACZYNSKI, Patrícia (et. al., org.). Acumulação do capital e reprodução da vida: tensões a partir da produção do espaço. São Paulo: Instituto das Cidades, Universidade Federal de São Paulo, 2022.